

DECRETO Nº 22.278, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Fixa os preços a serem cobrados pelos serviços de distribuição de água e remoção de esgotos prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e considerando a aprovação do Conselho Deliberativo do Departamento Municipal de Água e Esgotos,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam fixados, para a cobrança dos serviços de distribuição de água e remoção de esgotos sanitários, prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), os seguintes preços:

I – Consumo Residencial:

a) serviço de distribuição de água - Preço Básico (PB) por m³ (metro cúbico): R\$ 4,86 (quatro reais e oitenta e seis centavos);

b) serviço de remoção de esgotos sanitários - Preço por m³: R\$ 4,86 (quatro reais e oitenta e seis centavos);

II – Consumo Comercial e Industrial:

a) serviço de distribuição de água - PB por m³: R\$ 5,53 (cinco reais e cinquenta e três centavos);

b) serviço de remoção de esgotos sanitários - Preço por m³: R\$ 5,53 (cinco reais e cinquenta e três centavos);

III – Órgãos Públicos:

a) serviço de distribuição de água - PB por m³: R\$ 9,73 (nove reais e setenta e três centavos);

b) serviço de remoção de esgotos sanitários - Preço por m³: R\$ 9,73 (nove reais e setenta e três centavos).

Art. 2º Fica fixada a tarifa social dos serviços de distribuição de água de até 10m³ (dez metros cúbicos) a consumidores definidos pelo art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, alterada pela Lei Complementar nº 180, de 18 de agosto de 1988, em R\$ 19,44 (dezenove reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 3º Fica fixada a tarifa social dos serviços públicos de remoção de esgotos sanitários, a consumidores definidos no art. 37 da Lei Complementar nº 170, de 1987, alterada pela Lei Complementar nº 180, de 1988, de até 10m³ (dez metros cúbicos) de água consumida, em R\$ 15,55 (quinze reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 21.623, de 29 agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 25 de outubro de 2023.

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Roberto Silva da Rocha,
Procurador-Geral do Município.